



O que estão os assistentes de IA a fazer ao trabalho?

Claúdia Gameiro
redacao@@jornaldeleiria.pt

O debate sobre o impacto dos algoritmos de aprendizagem automática (*machine learning*) no comércio electrónico e na polarização política ainda estava aceso quando, em 2022, a OpenAI lançou o seu ChatGPT. A IA generativa abriu espaço à lógica do “assistente” que orienta o consumidor numa sociedade saturada de informação e tem entrado cada vez mais nos locais de trabalho.

Os especialistas em IA olham para esta dinâmica mais como uma adaptação laboral às novas tecnologias do que como uma substituição de trabalho humano. Mas, tal como defendiam os “luditas”, que destruíam teares mecânicos no início do século XIX, há vários riscos quanto ao seu real impacto nas condições laborais.

Informação e comunicação: as áreas-chave

ChatGPT, Gemini, Copilot, Claude... As ferramentas de IA generativa sucedem-se e estão cada vez mais autónomas, fazendo o trabalho que outrora levava horas, como resumir informação complexa ou gerar uma imagem. No último ano, a vaga de “agentes de IA” já opera de forma autónoma, enviando, por exemplo, *e-mails* sem monitorização.

Para o especialista em IA do Ins-

”

**Algumas
tarefas
repetitivas
terão
menor valor
económico,
enquanto
competências
como análise
crítica,
criatividade,
tomada de
decisão e
supervisão
ganharão
importância**
Luís Conde
Bento

tituto Politécnico de Leiria (IPL), Luís Conde Bento, o impacto destes novos modelos de IA “tem sido suficientemente rápido para ser comparado ao aparecimento da Internet ou dos *smartphones*”. No entanto, salienta, é importante evitar alarmismos. “A IA não está a substituir profissões inteiras de um dia para o outro. O que está a acontecer, na maioria dos casos, é uma transformação das tarefas dentro das profissões”, esclarece.

Luís Conde Bento explica que os sectores mais expostos à IA “são aqueles onde existe muito trabalho baseado em informação e comunicação”. “É o caso da banca, seguros, consultoria, advocacia, *marketing*, comunicação, educação, administração pública, saúde, engenharia, programação e apoio ao cliente. Por exemplo, um advogado pode utilizar IA para analisar contratos em minutos; um professor pode preparar materiais de aula mais rapidamente; um programador pode gerar código-base para acelerar projectos; e um profissional de *marketing* pode criar campanhas em menos tempo”, enumera.

Em muitos casos, continua, a IA funcionará mais como um assistente do que como um substituto. “Significa que algumas tarefas repetitivas terão menor valor económico, enquanto competências como análise crítica, criatividade, tomada de decisão e supervisão ganharão importância”, constata.

Tal implicará uma actualização das competências exigidas aos trabalhadores, que necessitarão de saber utilizar ferramentas de IA. “Mas não basta escrever instruções para um *chatbot*, será necessário saber verificar resultados, identificar erros, proteger informação sensível e compreender quando a IA está a produzir respostas incorrectas”, sublinha o especialista.

Isto porque existem riscos nestas tecnologias, em particular no que toca a expor informação confidencial. O excesso de confiança nas respostas automáticas e na autonomia dos agentes tem gerado casos públicos de erros críticos. “É importante definir regras claras sobre quando, como e para que tarefas a IA pode ser utilizada”, defende.

Em Portugal, a adopção destas ferramentas está abaixo da média europeia, com as pequenas e médias empresas a mostrar dificuldades de adaptação. A falta de competências especializadas, os custos de implementação, a dificuldade em organizar dados e a ausência de estratégias digitais claras são alguns dos problemas, assim como a fraca qualificação nacional em competências digitais avançadas. “Isto significa que o sucesso da IA dependerá não apenas da tecnologia disponível, mas também da capacidade de formar trabalhadores e gestores para a utilizar de forma eficaz”, conclui.

O caso do ensino e dos professores

Dos vários sindicatos contactados pelo JORNAL DE LEIRIA, foram os dos professores que mais prontamente responderam à interpelação sobre o impacto da IA no trabalho. Segundo Carla Monteiro, coordenadora da delegação de Leiria do Sindicato dos Professores da Zona Centro (SPZC), “as principais preocupações dos professores prendem-se, desde logo, com a ausência de orientações claras para a utilização destas ferramentas em contexto educativo, com a fiabilidade dos conteúdos gerados e com as implicações ao nível da avaliação das aprendizagens. Acresce ainda o receio de desvalorização do papel do docente e de uma eventual intensificação das exigências profissionais”.

A organização tem vindo a ser interpelada por docentes a pedir esclarecimentos “sobre a utilização de ferramentas de IA, sobretudo no que respeita à sua integração pedagógica, aos limites éticos e às implicações no processo de avaliação. Estas preocupações reflectem a necessidade de enquadramento e apoio nesta matéria”. Já ao nível da utilização das ferramentas, adianta, esta tem partido mais da iniciativa individual dos docentes, admitindo-se lacunas na formação adequada dos professores.

Os riscos laborais são sérios e passam tanto pelas “alucinações” dos *chatbots* como pela desvalorização da profissão docente, organização e autonomia do trabalho. A coordenadora do SPZC defende a “definição de um quadro legal claro para a utilização da IA nas escolas, que contemple orientações pedagógicas, princípios éticos, protecção de dados e garantia de equidade no acesso”. Preocupações semelhantes são partilhadas pelo Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC), ligado à FENPROF. Numa resposta conjunta assinada por João Louceiro, Luís Lobo e Miguel Viegas, destacam-se preocupações com a “ausência de regulamentação adequada, nos riscos de desvalorização do trabalho docente, na protecção dos dados pessoais, na transparência dos algoritmos e na possibilidade de utilização destas tecnologias para reforçar mecanismos de controlo e avaliação dos trabalhadores”. Teme-se ainda “a intrusão e domínio da educação e do ensino por parte de interesses comerciais e outros, incluindo ideológicos, protagonizados por grandes grupos económicos que concentram e difundem estas tecnologias”.

“O que se verifica é que a evolução tecnológica está a ocorrer mais rapidamente do que a definição de políticas públicas consistentes para a sua integração educativa. Não pode ser deixado aos professores o ónus exclusivo de compreender, testar e regular o uso destas ferramentas”, constata aqueles sindicalistas.

Texto publicado originalmente no Caderno Ensino, Emprego & Formação distribuído com a edição 2188 do JORNAL DE LEIRIA.